Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): na contramão do agronegócio globalizado

DOI: 10.54446/bcg.v12i1.2851

Marina Sbrocco[1]

Resumo

Principalmente a partir dos anos 1990, a expansão do agronegócio globalizado no Brasil e da produção de commodities para exportação é de grande importância econômica para o país. Contudo, também abarca efeitos nocivos ao meio ambiente e a determinados grupos sociais. Nesse contexto, crescem movimentos de contraponto a essa lógica produtiva hegemônica, como é o caso das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), circuitos curtos agroalimentares que buscam aproximar produtores e consumidores, estimular a produção sustentável e valorizar a agricultura familiar e as economias locais. Este artigo visou traçar um panorama do desenvolvimento desse cenário da produção agropecuária brasileira por meio de pesquisa bibliográfica e levantamento de dados secundários, incluindo dois estudos de casos de CSAs próximas a Belo Horizonte-MG e explorando, sobretudo, aspectos de gestão e da relação produtor-consumidor. Constatou-se que, apesar dos desafios, as CSAs têm se mostrado interessantes iniciativas ambientalmente sustentáveis e socialmente justas, em especial para agricultores familiares.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar, modernização da agricultura, circuito curto agroalimentar, agroecologia, economias locais.

1 Geógrafa formada pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), onde desenvolve sua pesquisa de mestrado. Professora da Rede Estadual de Ensino de São Paulo.

E-mail: mah_sbrocco@hotmail.com Lattes: http://lattes.cnpq.br/6416801647256442

Introdução

É de conhecimento comum que o agronegócio é de extrema importância para a economia do Brasil. No ano de 2021, esse setor chegou a ter participação de 27,4% no PIB do país (CEPEA, 2021). Contudo, a maneira como o setor se instala no território nacional envolve inúmeras contradições. O desenvolvimento do agronegócio foi acompanhado do processo de modernização da agricultura brasileira e expansão da fronteira agrícola. O uso de novas técnicas e tecnologias nessa produção apresentou forte crescimento, em especial a partir de meados da década de 1960. Houve um aumento da produtividade no campo e inserção da produção agropecuária do país no mercado externo (DELGADO, 2001). Inicialmente, esse cenário contou com forte financiamento estatal; mais adiante, a atuação de iniciativas privadas no setor aumentou em decorrência da neoliberalização econômica na década de 1990, quando emerge a chamada agricultura científica globalizada (SANTOS, 2010).

Nesse contexto, especialmente para a produção de *commodities* agrícolas voltadas à exportação, a expansão do agronegócio globalizado no país também envolve diversos problemas ambientais como, por exemplo, o intenso desmatamento de vegetação nativa (MAPBIOMAS, 2022; PRODES – INPE, 2020). Além dos aspectos ambientais, problemáticas sociais e espaciais são fomentadas: a histórica concentração fundiária do país é reforçada com a expansão de latifúndios para a produção das monoculturas (RAMOS, 2013). Muitas populações tradicionais são expulsas de suas terras e/ou excluídas desse processo, o que é visto, por exemplo, na marginalização da produção agrícola familiar voltada ao mercado interno.

À vista das consequências nocivas desse modelo produtivo hegemônico, movimentos alternativos de produção agropecuária emergem, como é o caso das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs). Estas, consideradas circuitos curtos agroalimentares, visam difundir uma nova relação entre produção e consumo a partir do olhar da sustentabilidade e da valorização da escala local, representando um interessante modelo de circuito curto de produção e comercialização agrícola que está em crescente disseminação no Brasil e no mundo (CSA BRASIL, c2022; URGENCI, 2022).

Dessa forma, este artigo de caráter qualitativo se baseia em revisão bibliográfica, contando com uma breve recapitulação histórica dos temas pertinentes à análise em pauta, como modernização agrícola brasileira e desenvolvimento do agronegócio globalizado. Em razão da relevância no assunto, os principais autores aqui trazidos são: Santos (1979, 2010); Elias (2002, 2007, 2013, 2016, 2021); Frederico (2013); Darolt et al (2013, 2016); Torunsky (2019); Junqueira e Moretti (2018), entre outros.

São apresentados dois estudos de caso de CSAs brasileiras, a CSA Alfa (MATZEMBACHER, D. E.; MEIRA, F. B., 2020) e a CSA Nossa Horta (DE OLIVEIRA, F. A.) – ambas próximas a Belo Horizonte-MG. Esses estudos auxiliam no esclarecimento do funcionamento e de alguns impactos dessas comunidades nos agentes

envolvidos. São utilizados, ainda, alguns dados secundários de portais como CSA BRASIL (c2022), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (2023), MAPBIOMAS (2022), PRODES – INPE (2020), CENSO AGROPECUÁRIO (2017), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2003), URGENCI (2022) e EMBRAPA (2013). A análise acerca das CSAs explora, sobretudo, as distinções na relação produtor-consumidor e na gestão da produção em relação ao modelo hegemônico.

Apesar do mencionado crescimento das CSAs no mundo, a literatura nacional do tema ainda é bastante incipiente. Dessa forma, e a partir das possibilidades que a bibliografia atual oferece, busca-se elaborar um breve panorama desse cenário no Brasil, especialmente a partir da expansão das CSAs no território nacional em 2011, e assim fomentar essas imprescindíveis discussões.

A modernização agrícola no Brasil e a expansão do agronegócio globalizado

Em meados do século XX, principalmente a partir da década de 1960, ocorre uma modernização da produção agrícola no Brasil. Essa modernização pode ser dividida em dois momentos principais: o primeiro é entre as décadas de 1960 e 1980, quando se adotou o paradigma da Revolução Verde e se constituíram os chamados Complexos Agroindustriais (GRAZIANO DA SILVA, 1998) sob forte atuação de políticas estatais; o segundo, a partir da década de 1990, marcado principalmente pela adoção das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) em detrimento do antigo padrão tecnológico da Revolução Verde e pela "desregulamentação" política e econômica (FREDERICO, 2013).

Sobretudo a partir de meados da década de 1960, conforme mencionado, o primeiro momento da modernização agrícola no país teve como marco a adoção dos parâmetros agrícolas da Revolução Verde. Essa revolução na produção de alimentos foi difundida desde a década de 1950 pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e foi elaborada por fundações filantrópicas norte-americanas (Fundação Ford e Fundação Rockfeller) vinculadas a grandes grupos empresariais.

Tal paradigma da Revolução Verde incentivava o uso de inovações e pacotes tecnológicos na agricultura compostos por diversos insumos químicos, maquinários agrícolas, obras de infraestrutura, entre outros. Esteve, assim, relacionado ao aumento da produtividade no campo e à inserção da produção agropecuária do Brasil no mercado internacional (DELGADO, 2001). O Estado brasileiro foi o principal financiador e articulador dessa modernização no campo e da constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs). A formação dos CAIs, por sua vez, representou a consolidação do setor industrial de bens de produção agrícolas. Tanto a montante quanto à jusante, a integração entre agricultura e indústria aumentou, inclusive nos ramos de distribuição e comércio (MULLER, 1989).

Contudo, apesar do aumento de produtividade na agricultura e dos incentivos à industrialização, essa modernização agrícola pode ser considerada uma

"modernização conservadora"[2] (PIRES & RAMOS, 2009), já que agravou alguns problemas agrários básicos do país, como a concentração fundiária e a expulsão de pequenos agricultores do campo.

Já o segundo momento do processo de modernização agrícola brasileira se deu a partir da década de 1990 com a emergência da agricultura científica globalizada (SANTOS, 2010). Houve um esgotamento do modelo baseado nos Complexos Agroindustriais e um aumento do poder das iniciativas privadas em decorrência da crise do Estado intervencionista e da neoliberalização econômica. De acordo com Milton Santos (2010), a agricultura científica globalizada se constitui quando a produção agrícola passa a ser influenciada pelas mesmas leis de outros aspectos da produção econômica do período histórico atual, a partir de uma referência planetária. Para o autor:

> (...) A competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma "informação" indispensável (SANTOS, 2000, pp. 88-89).

Segundo Frederico (2013) – com base em Mazzali (2000) – o novo padrão agrícola passa a se sustentar em três novos pilares:

1) adoção das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) e superação do padrão tecnológico da Revolução Verde;

2) aumento de exportação de produtos primários;

3) menor atuação do Estado na regulação da agricultura, com a privatização e sucateamento de instituições públicas responsáveis por diferentes aspectos do setor de produção agrícola.

A exigência de ciência, técnica e informação nessa agricultura conduz a um aumento na demanda de assistência técnica e de bens científicos como fertilizantes, sementes, agrotóxicos e outros insumos. Dessa forma, tanto a escolha dos produtos quanto as etapas de produção e comercialização têm como fundamento mandamentos científicos e técnicos, aumentando sua produtividade e levando à

2 De acordo com Pires & Ramos (2009, p. 420), o processo de modernização agrícola conservadora no Brasil "(...) reforçou a heterogeneidade da agricultura nacional, pois ampliou os hiatos existentes entre os produtores rurais demandadores de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas e os produtores de subsistência. No caso dos produtores tecnificados, sua articulação aconteceu no interior dos elos das cadeias produtivas dos vários complexos agroindustriais. Contudo, estes produtores tecnificados tiveram um forte estímulo das políticas agrícolas e tecnológicas proporcionadas pelo Estado para demandarem cada vez mais os produtos das multinacionais, determinando, por conseguinte, a modernização das grandes unidades de exploração agrícola, que aconteceu preservando-se a estrutura fundiária."

racionalização e homogeneização de suas práticas (SANTOS, 2010). Para Denise Elias (2016):

> Os sistemas de ação e os sistemas de objetos (SANTOS, 1996) associados à agropecuária se reestruturaram mediante incremento da utilização de ciência, tecnologia, informação e diferentes capitais. Resultou, entre outros, na exacerbação da apropriação capitalista da agricultura, com significativo incremento da agricultura empresarial, apoiada em um modelo técnico, econômico e social de produção globalizada, oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital, ao qual chamaremos aqui de agronegócio globalizado (p. 14).

Com base na teoria dos dois circuitos da economia espacial urbana (SANTOS, 1979), a partir da qual Milton Santos analisa as economias espaciais urbanas nos países subdesenvolvidos e suas desigualdades, pode-se considerar o agronegócio globalizado como integrante do chamado circuito superior (ELIAS, 2002; ELIAS 2013). Como bem coloca Denise Elias (2002, p. 25), fundamentada em Milton Santos (1979):

> O estreitamento de relações entre a produção agropecuária e o restante da economia é um fator importante quando se quer distinguir a agricultura contemporânea daquela existente antes da revolução tecnológica, quando grande parte dos "circuitos espaciais da produção" (Santos, 1986, 1988, 2001) se esgotava no interior do próprio estabelecimento agrícola. Hoje, os "circuitos espaciais da produção" agropecuária e os "círculos de cooperação" necessários a sua realização extrapolam, de forma cada vez mais intensa, os limites de uma propriedade rural, de uma região ou de um país, transformando parte importante da agropecuária em uma atividade associada ao "circuito superior da economia" (Santos, 1979).

O circuito superior inclui atividades de alta tecnologia e capital intensivo, com maior organização burocrática, auxílio governamental e integração com atividades externas à escala local. Por outro lado, o circuito inferior engloba atividades de menor capital, em geral voltadas à população de baixa renda, e com relações predominantemente locais. Pode-se citar, por exemplo, boa parte das atividades da agricultura familiar.

De acordo com Mazzali (2000), os agentes do agronegócio globalizado apresentam uma organização em rede pautada em uma referência mundial de produção, na busca cada vez maior de aumento de competitividade nacional e internacional. Essa produção é voltada, sobretudo, para *commodities* agrícolas – como soja, milho, trigo, entre outras – e comandada por grandes empresas transnacionais como Cargill, Bunge, Archer Daniels Midland (ADM) etc. (FREDERICO, 2013; BERNARDES; CASTILLO, 2019), formando cadeias agroalimentares longas e globais. A agricultura científica globalizada, dessa forma, seleciona e se concentra em regiões de produção e circulação (de *commodities* agrícolas) consideradas mais

eficientes, onde intensos investimentos públicos e privados são inseridos visando competitividade internacional (CASTILLO, 2011), com distribuição desigual no território brasileiro.

A expansão do agronegócio globalizado – com o predomínio de latifúndios e de monocultivos para o mercado externo – tem sido acompanhada de diversas implicações socioambientais, como intenso desmatamento, degradação de solos e perda de diversidade produtiva no campo (MAPBIOMAS, 2022; PRODES – INPE, 2020). Na região do Cerrado brasileiro, por exemplo, houve um alastramento do agronegócio globalizado e seu uso intensivo de capital e tecnologia nas últimas décadas – principalmente com a produção das *commodities* como soja, milho, cana-de-açúcar e algodão – o que trouxe forte desmatamento de suas reservas originais e substituição de agriculturas tradicionais de pequenos agricultores (FREDERICO, 2013).

A região da Amazônia também aparece como importante área de avanço do agronegócio globalizado. Desde a década de 1990, no contexto de políticas econômicas neoliberais e de difusão do agronegócio, o território amazônico vivencia crescente dominação de grandes empreendimentos capitalistas vinculados ao mercado internacional, principalmente por meio do avanço da soja e da pecuária bovina, além de outras monoculturas (MESQUITA, 2009). Em contrapartida, a agricultura familiar – bem como outras comunidades tradicionais – vem sendo excluída desse processo de expansão e "desenvolvimento" econômico (MESQUISA, 2006). Do ponto de vista ambiental, é notória a enorme perda de biodiversidade em virtude do desmatamento que antecede a implantação das *commodities*. Entre 2007 e 2019, foram desmatados 9.9 milhões de hectares, além de 1.1 milhão de hectares só no ano de 2020 (PRODES – INPE, 2020). São igualmente comuns conflitos no campo envolvendo posseiros, grileiros e até comunidades indígenas nessas regiões. Essas terras, além de outras diversas partes do mundo, transformam-se em reservas de valor do agronegócio e de fundos de investimento, criando um mercado global de terras (SASSEN, 2016).

Conforme discute Alves (2020), especialmente a respeito das novas dinâmicas econômicas na fronteira agrícola dos Cerrados do Centro-Norte do Brasil – região do MATOPIBA, principal fronteira agrícola do país atualmente –, nota-se que apesar do crescimento econômico, da integração da região aos mercados e de outras transformações positivas, o avanço do agronegócio na região também é composto por contradições:

> (...) Os diversos impactos socioambientais decorrentes dessa nova economia são visíveis e revelam os desafios enfrentados pelas populações e pelos ambientes naturais diante do avanço voraz e desmedido de apropriação dos recursos naturais, que anteriormente a esse processo de modernização eram aproveitados costumeiramente pelos moradores da região, para a manutenção da sobrevivência e de seus modos de vida. O desmatamento para a instalação dos monocultivos agroflorestais e

> da pecuária bovina é responsável pelo grave empobrecimento genético que se identifica no sistema biogeográfico dos cerrados, sendo este um dos biomas mais importantes do território brasileiro devido a sua enorme riqueza natural, marcada tanto pela diversidade florística e faunística quanto pela disponibilidade hídrica encontrada nas imensas reservas de água subterrânea e superficial existentes na região (ALVES, 2020, p. 11).

Segundo Denise Elias (2007), a vulnerabilidade nas áreas onde o agronegócio se instala se dá principalmente em decorrência de acontecimentos externos, cujo controle está além da escala do lugar e da região. Verifica-se, portanto, um processo de devastação do meio natural, de concentração fundiária e problemas de produção de alimentos por conta do predomínio, por parte dos grandes latifúndios do agronegócio, da produção de *commodities* para o mercado externo em detrimento da produção alimentar para o mercado interno. Esta última, por sua vez, é predominantemente realizada pela agricultura familiar – a qual compõe cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017) –, confirmando sua fundamental importância para o abastecimento alimentar nacional. No entanto, este é um grupo historicamente marginalizado que necessita de estratégias de apoio a sua manutenção.

Nessas circunstâncias, difunde-se também uma padronização do consumo alimentar (ELIAS, 2003, 2013a, 2021a). Conforme discorre Denise Elias (2003) isso se dá, principalmente, pela atuação de atacadistas de grandes supermercados, redes globais de *fast-food,* entre outros agentes, "(...) violando identidades locais baseadas em saberes e fazeres historicamente construídos" (ELIAS, 2003, p. 323).

Em resumo, o desenvolvimento e expansão do agronegócio globalizado no Brasil foi e ainda é de extrema importância para o crescimento dos mercados e outros aspectos econômicos do país. Esse setor se consolida, portanto, como uma das principais atividades de acumulação de capital. Contudo, também envolve nesse processo problemáticas como a exclusão de muitas comunidades, intenso desmatamento e degradação de solos, além de outras vulnerabilidades sociais e espaciais que se intensificam. Com isso, surgem diversas discussões, iniciativas e políticas na forma de resistência ou alternativa à lógica produtiva hegemônica. Um desses movimentos é a expansão das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), apresentadas a seguir.

Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) como contraponto à lógica do agronegócio globalizado

Em razão das lacunas deixadas pelo modelo convencional de produção e suas cadeias globais, emergem os chamados circuitos curtos agroalimentares. Não se tem, até o momento, uma definição oficial para os circuitos curtos no Brasil, mas se infere que o conceito aponta para a proximidade entre consumidores e produtores agrícolas (DAROLT et al 2013). Alguns autores franceses utilizam o termo referindo-se a circuitos de distribuição agroalimentar que envolvam, no máximo, até um intermediário entre produtor e consumidor (CHAFFOTTE e CHIFFOLEAU, 2007).

Comumente, também se encontra na literatura da área termos como circuitos ou mercados locais, cadeias curtas e mercados de proximidade (DAROLT et al, 2016).

De forma geral, os circuitos curtos agroalimentares buscam aproximar a produção e o consumo, fortalecer as economias locais e "descomoditizar" a produção alimentar. Pretende-se reforçar o senso de comunidade por meio da comercialização local e adotar práticas sustentáveis de produção agrícola (DAROLT et al, 2016.; FORNAZIER, BELIK, 2013; ROSSLER, 2020). Dentre essas práticas, destacam-se a produção orgânica e agroecológica de alimentos.

A agricultura orgânica é definida pela LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2003). Refere-se à produção agropecuária feita sem a utilização de agrotóxicos e insumos químicos, sementes geneticamente modificadas ou uso intensivo de maquinários. São adotadas técnicas de produção harmônicas com o ecossistema local, priorizando a segurança e qualidade dos alimentos, e a sustentabilidade no uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis. Alguns exemplos das técnicas utilizadas são compostagem, rotação de culturas e plantio consorciado (EMBRAPA, 2013).

Já a agroecologia envolve questões ambientais, políticas e sociais de forma a dialogar com saberes tradicionais e progressos científicos e tecnológicos voltados à agricultura. Busca-se superar danos ambientais e sociais causados pela produção agrícola convencional. A produção é feita sem uso de agrotóxicos, outros fertilizantes industriais ou transgênicos, e a biodiversidade é um benefício para o manejo combinado de alimentos e de floresta (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014; DAROLT, M. R.; ROVER, O. J., 2021; JUNQUEIRA, A.; MORETTI, S., 2018). De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2023):

> A agroecologia é simultaneamente uma ciência, um conjunto de práticas e um movimento social, e evoluiu como um conceito nas últimas décadas para expandir seu escopo de um foco nos campos e fazendas para abranger a totalidade da agricultura e dos sistemas alimentares. Agora representa um campo transdisciplinar que inclui as dimensões ecológica, sociocultural, tecnológica, econômica e política dos sistemas alimentares, desde a produção até o consumo.

Ainda sobre os circuitos curtos agroalimentares, François (2000) discute a capacidade desses circuitos de criar identidade ao processo produtivo e valorizar a territorialidade pelo estreitamento da relação que estabelecem com o território, o produtor e o consumidor. Alguns exemplos desses circuitos curtos são as feiras de produtores orgânicos, lojas e espaços de associações e cooperativas da agricultura familiar, vendas para programas de governo e as chamadas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs).

As Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) – do inglês *Community Supported Agriculture* – referem-se a um modelo de comercialização agrícola

baseado em uma relação direta entre produtores e consumidores, caracterizando-se como um circuito curto agroalimentar (Marsden; Banks; Bristow 2000; Darolt, 2013). Nesse modelo, um grupo fixo de consumidores – denominados coprodutores – estabelece acordos com agricultores locais para os quais realizam pagamento adiantado e recebem, em geral semanalmente, os alimentos cultivados, além de eventualmente participarem de encontros e reuniões de gestão, mutirões de plantio ou outros eventos.

Os preços a serem pagos são fixados de acordo com diferentes cotas de valores pagas mensalmente, de forma a garantir o suprimento de quantidades de alimentos preestipuladas e que podem variar conforme as condições climáticas/meteorológicas. Para estipular um orçamento anual de produção, deve-se incluir custos de investimento, de mão de obra, de produção e o frete, se necessário. Caso não haja um acompanhamento detalhado dos gastos, a definição dos preços pode ser difícil ou mesmo trazer prejuízos aos agricultores (TORUNSKY, 2019).

De início, algumas CSAs podem adotar referências do mercado – ou de feiras agroecológicas – para o estabelecimento do valor de suas cotas. Mais adiante, acompanha-se os verdadeiros gastos na produção para se estipular um preço justo para todos (TORUNSKY, 2019). No momento de definição do valor das cotas, algumas CSAs adotam a *sliding scale share*, prática na qual a comunidade compartilha o orçamento total e os coagricultores indicam o valor que podem contribuir, no intuito de incluir consumidores de rendas diferentes (HENDERSON & VAN EN, 2007). A ausência de intermediários no modelo da CSA é um dos fatores que também contribui para o aumento da renda dos agricultores. Como observam Matzembacher e Meira (2020):

> A livre circulação de mercadorias estimula uma competição desleal que, ao contrário do que se propõe, reduz os valores pagos aos produtores ao mesmo tempo que eleva o preço pago pelos coprodutores, especialmente em decorrência da inserção de intermediários na cadeia de distribuição (p. 421).

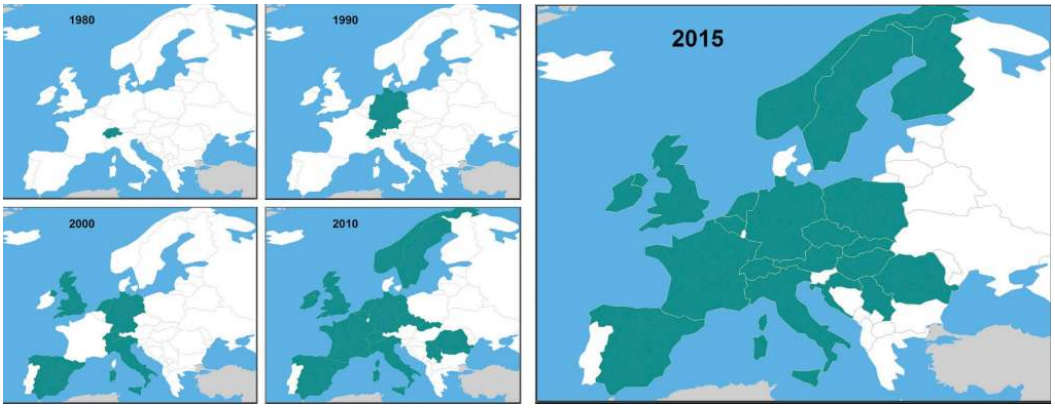
Os produtores agrícolas se comprometem a ofertar de forma direta alimentos com parâmetros de qualidade e quantidade acordados previamente junto aos consumidores. Ou seja, a partir dessa relação de corresponsabilidade entre consumidores e produtores, estes não sofrem a pressão do mercado tradicional e dos preços, e os consumidores recebem produtos da estação, de qualidade – em geral, orgânicos e agroecológicos – e com o conhecimento de onde, como e quem os cultiva (CSA BRASIL, c2022; JUNQUEIRA, A.; MORETTI, S., 2018).

A origem das CSAs remete ao Japão da década de 1960. Nessa época, o país lidava com os efeitos da modernização na produção agrícola – a exemplo do uso intensivo de pesticidas – advindos da expansão do paradigma da Revolução Verde (TORUNSKY, 2019). Pensando na segurança alimentar, um pequeno grupo de mulheres consumidoras tomaram a iniciativa de criar o modelo de CSA, na época com o nome *Teikei*, palavra em japonês para "cooperação", acompanhadas de

agricultores que buscavam mercados mais estáveis (BOUGHERARA, GROLLEAU, MZOUGHI, 2009).

Nas décadas seguintes, as CSAs passaram a se espalhar pela Europa, Estados Unidos e outras regiões do mundo, em países como Japão, Alemanha, França, Portugal, Bélgica, Itália, Marrocos, Canadá, China, Cuba, entre outros (JUNQUEIRA, A.; MORETTI, S., 2018; URGENCI, 2022). São atualmente consideradas, em âmbito mundial, um modelo consolidado de negócio agroalimentar. Segundo estimativas da URGENCI (2016) – portal internacional das CSAs – em 2015 havia pelo menos 4.792 CSAs na Europa produzindo alimento para quase 1 milhão de pessoas. A título de ilustração, o mapa abaixo mostra o espraiamento dessas iniciativas no continente europeu entre 1978 e 2015.

Figura 1. Mapas das CSAs na Europa (1978–2015).



Fonte: URGENCI, 2016. Disponível em: https://urgenci.net/wp-content/uploads/2016/05/Overview-of-Community-Supported-Agriculture-in-Europe.pdf.

Acesso em: 30/01/23.

No Brasil, esse modelo se popularizou a partir do ano de 2011 com a fundação da CSA Brasil, uma organização sem fins lucrativos que objetiva estimular o vínculo e a criação de CSAs brasileiras (CSA BRASIL, c2022). A primeira CSA do país foi fundada pelo alemão Hermann Pohlmann, que trouxe suas experiências europeias e fundou a CSA Demétria na cidade de Botucatu, em São Paulo (TORUNSKY, 2019). Atualmente, já se somam mais de 70 comunidades ao longo do país (MELO, FREITAS, CALBINO, 2020), como mostra a Figura 1. Conforme comenta Junqueira e Moretti (2018, p. 518):

> Reconhecida e premiada pela Fundação Banco do Brasil como a mais destacada tecnologia social inclusiva de 2017, a CSA se conforma como iniciativa que conecta tanto os pequenos produtores da agricultura familiar em busca de uma comercialização justa e adequadamente remuneradora dos gêneros alimentícios que produzem quanto consumidores interessados em uma alimentação diferenciada, saudável, fresca, baseada na segurança e na credibilidade da origem e dos modos de produção empregados.

Figura 2. Mapa das CSAs no Brasil (2022).



Fonte: CSA Brasil. Disponível em: https://csabrasil.org/csa/csas-no-brasil/.

Acesso em: 07/07/22.

Em resumo, por meio dessas comunidades, pretende-se fortalecer as economias locais, valorizar a territorialidade e os laços sociais, fomentar a diversidade produtiva – em oposição às monoculturas do agronegócio –, sobretudo produzindo alimentos saudáveis e com base nos princípios da sustentabilidade (DAROLT et al, 2016; ROSSLER, 2020; FRANÇOIS, 2000; CSA BRASIL, c2022). Junqueira e Moretti (2018, pág. 523) observam:

> De modo geral, estudos desenvolvidos em diferentes países apontam como principais vantagens das CSAs o fortalecimento dos vínculos sociais entre agentes urbanos e rurais e a recuperação das práticas alimentares tradicionais, sob a ótica da participação política e comunitária, em prol da sustentabilidade e da proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Por outro lado, questionamentos são feitos sobre os limites das CSAs em aportarem efetivamente alternativas de suprimento de gêneros ao mercado, especialmente para famílias de baixa renda.

No cenário brasileiro, as CSAs constituem-se como iniciativas autônomas da própria sociedade civil. Dessa forma, não contam com regulamentação jurídica formal e se consolidam em organizações não governamentais sem fins lucrativos. Também não envolvem vinculações político-partidária, religiosa, sindical ou outras esferas de fiscalização e certificação. Tudo o que é definido dentre as regras de organização e funcionamento das comunidades parte da decisão de cada grupo (CSA BRASIL, c2022; JUNQUEIRA, A.; MORETTI, S., 2018).

A maior parte das iniciativas de instituição de CSAs no Brasil são decorrentes de ações de consumidores urbanos, com menos de 5% originárias da liderança de produtores rurais (JUNQUEIRA, A.; MORETTI, S., 2018). "No entanto, não podem ser tipicamente caracterizadas como experiências *comsumer-driven*, posto que as decisões estratégicas e gerenciais são tomadas coletivamente em assembleias periodicamente realizadas, em 100% dos casos investigados" (JUNQUEIRA, A.; MORETTI, S., 2018; p. 525).

As assembleias contam com votos de mesmo peso entre produtores e consumidores para o estabelecimento dos acordos. Entretanto, em quase todos os casos investigados por Junqueira e Moretti (2018), as sugestões dos produtores é que são acatadas, uma vez reconhecido que são os agricultores os detentores dos conhecimentos e práticas envolvidos nas atividades. A seguir, são trazidos dois casos de CSAs brasileiras para elucidar melhor a ação dessas iniciativas no país.

Estudos de caso de CSAs no Brasil

Um estudo de caso de uma CSA presente na região metropolitana de Belo Horizonte, denominada CSA Alfa, mostrou que a comunidade surgiu como iniciativa de consumidores da região (MATZEMBACHER, D. E.; MEIRA, F. B., 2020). O estudo contou com a realização de entrevistas em profundidade, observação participante e acesso a dados secundários por parte dos autores.

Alguns dos agricultores membros da CSA revelaram histórico de produção convencional de monoculturas anterior à entrada na comunidade. Nesse período, foram submetidos à intermediários e passaram por problemas financeiros. Diante dessa situação, decidiram integrar a CSA pela garantia de escoamento da produção devido ao financiamento prévio dos consumidores.

A comunidade contava com 5 agricultores, localizados na zona rural da região metropolitana de Belo Horizonte, e 135 coprodutores, a maioria residente da cidade de Belo Horizonte. Segundo as investigações do estudo de caso, com a ausência de contratos e certificações formais, as relações de confiança atreladas ao senso de responsabilidade são fundamentais para o regimento interno da CSA (MATZEMBACHER, D. E.; MEIRA, F. B., 2020).

Do que é pago pelos consumidores – chamados de coprodutores –, 70% vai para os produtores e 30% para gerir a CSA Alfa. Voluntariamente, os coprodutores realizam a maior parte da gestão; eles alegam que os agricultores preferem focar

somente na produção, o que é confirmado nos relatos dos agricultores. Estes são, no entanto, os responsáveis pelas tomadas de decisão no processo produtivo.

Verificou-se o desenvolvimento de maior autonomia dos produtores e o estabelecimento de relações para além da simples troca impessoal entre ofertante e demandante: "A ajuda mútua, a solidariedade, o compartilhamento de trabalho e de saberes ampliam a proteção em relação aos mecanismos de mercado e à competição" (MATZEMBACHER & MEIRA, 2020, p. 417). Ainda segundo Matzembacher e Meira (2020).

> (...) A proposta da CSA Alfa parece ir um pouco adiante do que a literatura aponta como uma nova perspectiva ou contramovimento nos sistemas alimentares. A iniciativa sai da esfera do agricultor (Escher, 2011; Ploeg, 2008; Schneider, 2004; Schneider & Escher, 2011) para alcançar os coprodutores que, nesse grupo, estabelecem novas relações de troca e novas formas de divisão do trabalho em uma direção oposta àquela das grandes cadeias produtivas, do comércio mundial e da dependência do mercado de insumos. É por isso que a CSA Alfa propicia maior autonomia relativa não somente aos agricultores, que inegavelmente despontam como os principais beneficiários, mas à cadeia inteira, que está atrelada a esse processo de produção e distribuição. A CSA Alfa apareceu nesta pesquisa como uma resposta à insatisfação com o modelo agroalimentar hegemônico (p. 424).

Outro estudo de caso de uma CSA que também atua em Belo Horizonte – a CSA Nossa Horta – revelou interessantes formas de organização e gestão da comunidade (DE OLIVEIRA, F. A.). Da mesma forma, o estudo compreendeu observações, entrevistas semiestruturadas e acesso a dados secundários por parte dos autores.

Os agricultores membros da CSA Nossa Horta – que totalizam três famílias – são "enquadrados" em determinados estágios que os incentivam a crescer. Todo agricultor inicia no estágio 1 e passa por avaliações semestrais para evoluir nos estágios. Essas avaliações consideram as condições e avanços das hortas, localizadas na zona rural da cidade, com foco na produção agroecológica. Conforme a autora:

> Estes estágios representam as condições e avanços em que as hortas se encontram, como descritos nas próprias regras de funcionamento: "É como se fosse um "plano de carreira" que incentiva o agricultor a crescer. Todo agricultor inicia seu grupo no estágio 1 e tem a chance de passar por reavaliações semestrais e mudar de estágio, caso tenha cumprido os requisitos descritos" (CSA NOSSA HORTA). Em suma, quanto mais agroecológico o agricultor se torna, mais ele sobe nos estágios.

Seguindo esses princípios e a partir de uma relação de confiança entre produtor e consumidor, o uso de certificações formais nos alimentos é dispensado. Essa relação de proximidade e confiança também inclui o conhecimento, por parte

dos consumidores, da história e da realidade dos agricultores, bem como reflexões conjuntas sobre as motivações e impactos econômicos, ambientais e sociais daquele consumo (DE OLIVEIRA, F. A.).

Os consumidores (ou coprodutores) da CSA Nossa Horta assinam uma cláusula para trabalhar ao menos um sábado ao ano no ponto de entrega das cestas. Além dessa cláusula obrigatória, outras atividades participativas opcionais são igualmente estimuladas, a exemplo de trabalhos voluntários de suporte à gestão. Esta é composta por cinco GTs (Grupos de Trabalho), divididos em atividades financeiras, produtivas, eventos, logística e comunicação. Além disso, existe o NG (Núcleo Gestor) que agrega um representante de cada GT eleito em assembleia.

A CSA Nossa Horta também conta com visitas de apoio técnico de um agrônomo, membro do Núcleo Gestor, que busca analisar tudo o que se desenvolve nas hortas, quais as práticas utilizadas, as dificuldades enfrentadas na produção, entre outras questões, contribuindo para o desenvolvimento dos agricultores dentro dos princípios agroecológicos (DE OLIVEIRA, F. A.).

O estudo demonstrou melhorias financeiras para os agricultores após o ingresso na CSA. Além disso, esses trabalhadores perceberam uma dignificação e valorização do seu trabalho, havendo, inclusive, caso de êxodo urbano entre os agricultores após anos buscando melhores condições de vida na cidade.

Em uma pesquisa acerca das justificativas em torno das CSAs, Torunsky (2019) avalia:

> Se por um lado, o sistema capitalista neoliberal impacta na subjetividade do sujeito reforçando o individualismo, a competitividade e a busca pelo seu interesse pessoal, por outro a CSA busca estimular a coletividade, a solidariedade e a busca pelo bem-estar comum, constituindo-se um "nadar contra a corrente" das tendências globais, um verdadeiro "cabo de guerra" interno para seus membros (p. 14).

Nota-se, dessa forma, que mesmo com especificidades na gestão de cada CSA, essas comunidades se estabelecem como contraponto aos efeitos nocivos do agronegócio globalizado e suas cadeias longas, visto que privilegiam a escala local, a agricultura familiar e a produção agrícola sustentável.

Conforme visto nos estudos de caso apresentados, tudo isso contribui para a maior autonomia e valorização do trabalho do agricultor familiar e para uma alimentação mais segura e sustentável por parte dos consumidores. Além disso, nota-se uma recuperação da prática da coletividade e de aspectos de identidade e territorialidade dos alimentos em contraposição à padronização e "commoditização" alimentar promovida pelo agronegócio. Por conta disso, esse modelo pode enfrentar muitos desafios para sua permanência e expansão.

Considerações finais

Conforme elucidado neste artigo, o crescimento do agronegócio no Brasil atrelado à modernização da agricultura foi um processo de muitos avanços para o país, sobretudo no que se refere ao crescimento econômico e integração das regiões. Por outro lado, suas formas de instalação e atuação no território foram e ainda são muito questionáveis, gerando a necessidade de um olhar crítico frente a esse cenário. Diversas são as desigualdades e vulnerabilidades espaciais e sociais fomentadas nesse processo. Para além das pautas ambientais de desmatamento, uso de agrotóxicos, perda de biodiversidade, entre outras, verifica-se a marginalização de alguns grupos sociais, como é o caso de produtores da agricultura familiar. Esta é primordial para o abastecimento alimentar da população brasileira; entretanto, sofre com a falta de reforma agrária e outras políticas de assistência a sua preservação e fortalecimento.

Dessa forma, iniciativas que revelem modelos mais inclusivos aos "pequenos" produtores e mais sustentáveis no tocante à interação da produção agrícola com o meio ambiente são cada vez mais necessárias. As Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) surgem como uma dessas possibilidades. As CSAs fomentam circuitos curtos de comercialização agrícola por meio da aproximação entre produtores e consumidores. Buscam maior rentabilidade para agricultores familiares, assim como uma produção ambientalmente sustentável e a valorização das economias locais e das territorialidades.

Apenas duas experiências de CSAs brasileiras foram brevemente compartilhadas neste artigo, mas sabe-se que essas iniciativas vêm crescendo de maneira exponencial no Brasil e no mundo. O funcionamento dessas comunidades enquanto um circuito curto de comercialização propõe-se a preencher lacunas deixadas pela produção agrícola convencional. Isso explica a tendência de multiplicação dessas iniciativas pelo mundo, o que não exclui, no entanto, os muitos desafios existentes para seu pleno funcionamento e expansão.

Como exemplo, possíveis limitações na oferta de alguns alimentos nas cestas devido à suscetibilidade a eventos climáticos podem tornar o consumo desinteressante a pessoas habituadas aos padrões de grandes redes varejistas tradicionais. Também não há comprovação, até o momento, de que as CSAs viabilizam o acesso aos seus alimentos por consumidores de baixa renda. A literatura nacional sobre experiências brasileiras ainda está em construção. Apesar disso, é possível notar que esse modelo alternativo de produção e circulação agrícola já tem se mostrado promissor na contestação e contraponto à lógica hegemônica do agronegócio e seus mercados globais.

Bibliografia

ALVES, V. E. L., *Expansão do Agronegócio e os Impactos Socioambientais na Região de Cerrados do Centro-Norte do Brasil (MATOPIBA)*, Confins [Online], 45 | 2020, posto online no dia 30 maio 2020, consultado o 01 junho 2020. URL: http://journals.openedition.org/confins/28049.

BERNARDES, J. A.; CASTILLO, R. A. (Org.). *Espaço geográfico e competitividade*: regionalização do setor sucroenergético no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

BOUGHERARA D.; GROLLEAU G.; MZOUGHI N. *Buy local, pollute less: What drives households to join a community supported farm?.* Working Papers SMART-LERECO (Structure et Marchés Agricoles, Ressources et Territoires – Laboratoires d'Estudes et de Recherches Economiques). 2009. no. 09-03.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 24 de dez. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm . Acesso em 28/01/2023.

CASTILLO, R. Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros. In: SILVEIRA, M. R. (org.). *Circulação, transportes e logística*: diferentes perspectivas. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 331-354.

CENSO AGROPECUÁRIO 2017. *Resultados Preliminares*. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 10/07/2022.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA, 2021. *PIB do Agronegócio*. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_CNA_PIB_JAn_Dez_2021_Mar%C3%A7o2022.pdf>. Acesso em: 11/07/2022.

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. *Vente directe et circuits courts*: évaluations, définitions et typologie. Les cahiers de l'observatoire CROC, v. 1, p. 1-8, 2007.

Comunidades que Sustentam a Agricultura. CSA BRASIL, c2022. Disponível em: https://csabrasil.org/csa/sobre/. Acesso em: 11/07/2022.

DAROLT, M. R.; BRANDENBURG, A.; LAMINE, C. *Institucionalização do movimento ecológico na agricultura*: mercado e reorganização dos atores sociais. Estudos Sociedade e Agricultura, 2013.

DAROLT, M. R. et al. *Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil*. Ambiente & Sociedade, v. 19, p. 01-22, 2016.

DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social* [livro eletrônico]. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021.

DELGADO, G. C. *Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra*: um estudo da reflexão agrária. Estudos avançados, v. 15, p. 157-172, 2001.

DE OLIVEIRA, F. A. *Comunidade que sustenta a agricultura*: entendendo as CSAS de Belo Horizonte e analisando suas possibilidades e desafios. 2018.

ELIAS, D. Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil. *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização:* abordagens a partir da América do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 63-81, 2016.

ELIAS, Denise. *Globalização, Agricultura e Urbanização no Brasil*. Revista ACTA Geográfica (edição esp. Geografia Agrária). Boa Vista, p. 13-32, 2013a.

ELIAS, Denise. *Globalização e Agricultura no Brasil*. Revista Geo UERJ. Rio de Janeiro, n. 12, 2002, p. 23-32.

ELIAS, D. *O alimento-mercadoria e a forme no Brasil.* Boletim Goiano de Geografia, v. 41, 2021a.

ELIAS, D. *O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional*. In: MARAFON, G. J; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária. P. 49-66.1 ed. RJ: Ed UERJ, 2007.

EMBRAPA. *Portfólio de tecnologias da agricultura orgânica e agroecologia da Embrapa Hortaliças*. Mariane Carvalho Vidal et al. Brasília, DF, 2013. 37 p. – (Documentos / Embrapa Hortaliças; 138).

FORNAZIER, A.; BELIK, W. *Produção e consumo local de alimentos*: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 20, n. 2, p. 204-218, 2013.

FRANÇOIS, Martine. *Comercializar os produtos locais: circuitos curtos e circuitos longos*. Inovação no meio rural. Caderno, n. 7, 2000.

FREDERICO, S. *Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil*. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia, n. 17, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José F. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

HENDERSON, E.; VAN EN, R. Sharing the Harvest: A citizen's guide to Community Supported Agriculture. Chelsea Green Publishing Company, White River Junction, Vermont. 2007. 303 p.

JUNQUEIRA, A.; MORETTI, S. *Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA):* tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 26, núm. 3, 2018, Outubro-, pp. 517-538. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil.

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. *A dialética da agroecologia:* contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p.

MAPBIOMAS. *Relatório Anual de Desmatamento 2021* - São Paulo, Brasil. 2022 - 126 páginas. Disponível em: http://alerta.mapbiomas.org.

MARSDEN, Terry; BANKS, Jo; BRISTOW, Gillian. *Food supply chain approaches*: exploring their role in rural development. Sociologia ruralis, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MATZEMBACHER, D. E.; MEIRA, F. B. *Mercantilização & contramovimento*: agricultura sustentada pela comunidade (CSA): estudo de caso em Minas Gerais, Brasil. Organizações & Sociedade, v. 27, p. 396-430, 2020.

MAZZALI, Leonel. *O progresso recente de reorganização agroindustrial:* do complexo à organização "em rede". São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MELO, A. M.; DE FREITAS, A. F.; CALBINO, D. *Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA)*: panorama das pesquisas brasileiras. COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional, v. 17, n. 2, p. 82-99, 2020.

MESQUITA, B. A. *Demanda por alimentos e as conseqüências na Amazônia brasileira "sucesso" do agronegócio e tragédia do desmatamento*. In: 12ª Encuentro de Geógrafos de América Latina; Montevidéu, Uruguai, 2009.

MESQUITA. B. A. *Expansão e transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado*: Ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970/200. São Luis. 2006 tese (doutorado).,co-tutelle, Université de la Sorbonne Nouvelle, PARIS 3 /UFMA.

MULLER, Geraldo. *Complexo Agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). *Agroecology Knowledge Hub*, 2023. Disponível em: https://www.fao.org/agroecology/overview/en/. Acesso em 27/01/2023.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. *O termo modernização conservadora:* sua origem e utilização no Brasil. Revista Econômica do Nordeste, v. 40, n. 3, jul./set., p. 411-424, 2009.

PRODES Amazônia - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2020. *Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite*. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em 10/07/2022.

RAMOS, S. F. *Uso do território no Vale do São Francisco*: sistema técnico agrícola da fruticultura irrigada. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 34, 2013. Número Especial, p. 62.

RÖSSLER, Rafaela Godoy. *O desafio de alimentar o mundo de maneira sustentável*: circuitos curtos agro-alimentares no Brasil e em Portugal. Dissertação de Mestrado. Évora: Universidade de Évora, 2020.

SANTOS, Milton. O espaço dividido. *Rio de Janeiro: Francisco Alves*, 1979.

SANTOS, M. (2000). *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SASSEN, Saskia. *Expulsões:* Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 336 p., 2016.

TORUNSKY, Flavia. *Justificativas em torno das Comunidades que Sustentam a Agricultura:* um estudo de caso da CSA São Carlos/SP. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

URGENCI. *The International Network for Community Supported Agriculture*. Aubagne, FR: Urgenci, 2017. Disponível em: https://urgenci.net/vison-and-mission/. Acesso em: 11/07/2022.

URGENCI. European CSA Research Group (2016): *Overview of Community Supported Agriculture in Europe.* Disponível em: https://urgenci.net/wp content/uploads/2016/05/Overview-of-Community-Supported-Agriculture-in Europe.pdf. Acesso em: 30/01/2023.

Community Supported Agriculture (CSA): on the opposite way of globalized agribusiness

Especially since the 1990s, the expansion of globalized agribusiness in Brazil and the production of commodities for exportation has acquired great economic importance for the country. However, it also encompasses harmful effects on the environment and certain social groups. In this context, counterpoint movements to this hegemonic productive logic are growing, as is the case of the Communities that Support Agriculture (CSA's), which works as a short agro-food circuit, aim to bring producers and consumers closer together, stimulate sustainable agricultural production and value the family farming and local economies. This article intended to outline the development of this scenario of Brazilian agricultural production through bibliographical research on the subject and secondary data analysis, including two case studies of CSA's close to Belo Horizonte-MG, especially exploring aspects of management and the producer-consumer relationship. It was found that, despite the challenges, CSA's have proven to be an interesting environmentally sustainable and socially fair initiatives, mainly for family farmers.

KEYWORDS: family farming, modernization of agriculture, short agri-food supply chain, agroecology, local economies

Agricultura Apoyada por la Comunidad (CSA): em la contramano del agronegocio globalizado

Principalmente a partir de la década de 1990, la expansión del agronegocio globalizado en Brasil y la producción de commodities para la exportación es de gran importancia económica para el país. Sin embargo, engloba los efectos nocivos sobre el medio ambiente y determinados grupos sociales. Crecen movimientos de contrapunto a esta lógica productiva hegemónica, como es el caso de las Comunidades de Apoyo a la Agricultura (CSA), que funcionan como un circuito corto agroalimentario, pretenden acercar a productores y consumidores, estimular la producción sostenible y valorar la agricultura familiar y las economías locales. Este artículo pretendía trazar un panorama del desarrollo de este escenario de la producción agrícola brasileña a través de una investigación bibliográfica y levantamiento de datos secundarios, incluidos dos estudios de caso de CSA cerca de Belo Horizonte-MG y explorando aspectos de la gestión y la relación productor-consumidor. Se encontró que, a pesar de los desafíos, los CSA han demostrado ser iniciativas interesantes ambientalmente sostenibles y socialmente justas, especialmente para los agricultores familiares.

PALABRAS CLAVE: agricultura familiar, modernización de la agricultura, circuito corto de comercialización agroalimentaria, agroecología, economías locales

Artigo recebido em dezembro de 2022. Aprovado em dezembro de 2022.